



## **“Justiça” anula condenação de policiais que assassinaram jovens camponeses na fazenda Tucumã**



O julgamento dos policiais que assassinaram barbaramente o camponês Alysson Henrique de Sá Lopes, atearam fogo em seu corpo e desapareceram com Ruan Lucas Hildebrant na cidade de Cujubim, interior de Rondônia, em fevereiro de 2016, foi anulado a pedido do Ministério Público no início do mês de outubro deste ano.

Com esta absurda decisão, fica invalidado o juri que havia condenado os guaxebas\* de farda pelos odiosos assassinatos dos 2 jovens, tentativa de homicídio contra outros 3, ocultação de cadáver e carbonização do corpo de Alysso. Todos estes crimes executados atendendo ao que seria uma “encomenda” do latifundiário Paulo Iwakami (vulgo Paulo Japonês), que, segundo as denúncias, pagou 105 mil reais a Sérgio Sussumu Sukanum para contratar os policiais que cometeram os assassinatos.

Com o grupo também foi apreendido um arsenal, incluindo metralhadora, espingardas, revólveres e munições, entre outros equipamentos bélicos usados para cometer os covardes crimes contra camponeses.

A anulação, inclusive, já serviu de base para a tentativa de relaxamento da prisão do pistoleiro Jonas Augusto dos Santos Silva (vulgo Bá).



### **Histórico do odioso crime que vitimou os jovens trabalhadores**

O assassinato dos jovens ocorreu na fazenda Tucumã, no município de Cujubim, em 2016, quando 5 camponeses foram covardemente atacados por pistoleiros fortemente armados no momento em que haviam ido de carro até o latifúndio, recém-desocupado, para buscar alguns pertences que haviam sido deixados para trás durante o despejo.

Na ocasião, 3 dos 5 rapazes conseguiram escapar com vida da emboscada, um dos quais relatou ter visto Ruan caindo ao solo no momento em que fugia dos disparos.

A fazenda “do Japonês”, como é conhecida a área, em referência ao latifundiário que se diz proprietário das terras, havia sido desocupada por famílias em luta pela terra no dia 28 de janeiro, 3 dias antes dos cruéis assassinatos.

Os pistoleiros haviam sido julgados e condenados devido a gravidade dos crimes e a pressão popular, que já se levantava em uma campanha contra as perseguições, reintegrações de posse, sequestros, torturas e assassinatos de camponeses e lideranças com a realização de um ato público convocado pela Liga dos Camponeses Pobres.

O sargento pistoleiro Moisés Ferreira de Souza foi condenado a 30 anos de prisão e seus comparsas, Jonas Augusto dos Santos Silva (vulgo Bá) e Sérgio, respectivamente a 28 e 8 anos de prisão. Já o cúmplice Suganum, amigo do latifundiário Paulo Japonês, e contratador dos serviços de pistolagem, recebeu uma pena de apenas 8 anos e 4 meses. O latifundiário mandante, apesar das denúncias e acusações, foi absolvido, como sempre.

Importante destacar que o sargento pistoleiro Moisés Ferreira de Souza também é apontado como chefe dos pistoleiros que torturaram e assassinaram barbaramente 9 camponeses, em 19 de abril de 2017, no estado do Mato Grosso, massacre que ficou conhecido como Chacina de Colniza.



A decisão de anulação do juri de um crime hediondo e flagrante contra o povo, de famílias que não tiveram sequer o direito de enterrar seus mortos, mostra como MP e judiciário servem aos interesses do latifúndio e seus bandos de pistoleiros.



Pais de jovem camponês desaparecido se mobilizaram para busca do filho

Estes órgãos do velho Estado aplicam dois pesos e duas medidas quando se trata de seus julgamentos: utilizam-se de processos em segredo de justiça para criminalizar, prender sem provas e perseguir camponeses do Acampamento Tiago dos Santos despejados em plena pandemia, enquanto anulam julgamentos de perigosos criminosos assassinos de camponeses, abrindo caminho para a soltura dos membros desses bandos paramilitares.

Investigações de fachada e cumplicidade com latifundiários e bandos paramilitares de policiais guaxebas

A anulação do julgamento de assassinos que cometeram crimes hediondos é mais uma prova flagrante da conivência dos órgãos do velho Estado com o latifúndio, prática corriqueira da polícia de Rondônia.

Dois dias após o corpo carbonizado do jovem Alysson Henrique ter sido encontrado amarrado dentro de um carro incendiado, no dia 3 de fevereiro de 2016, a polícia afirmou que o 3º sargento PM Moisés Ferreira de Souza, havia conseguido escapar algemado, no momento em que era colocado na viatura após agredir um policial no pé

O relato da fuga “incomum” do sargento pistoleiro não convenceu e foi tido por todos como zombaria da inteligência da população, diante da clara facilitação de fuga do criminoso por parte dos policiais do 7º Batalhão.

O sargento pistoleiro que se deslocava junto de outros 3 guaxebas (Cristovão Rodrigues, Valdemir Pires dos Santos e Daniel Francisco dos Santos) estava em posse de um arsenal que incluía uma submetralhadora 9mm, três espingardas 12, uma espingarda 28, uma espingarda 16, um revólver 38, mais de 300 munições intactas de diversos calibres, carregadores, coletes balísticos, capuzes, um rádio transmissor, celulares e documentos de outra caminhonete Amarock.



Assassinos: bando de pistoleiros a mando de latifundiários, do qual fazia parte o policial militar Moisés Ferreira

Outro fato importante de destacar é que na ocasião da emboscada que assassinou os camponeses Alyson e Ruan, e que quase matou os outros 3 jovens, moradores de Cujubim relataram ter visto vários pistoleiros fortemente armados, com roupas camufladas, em duas caminhonetes, abrigados na sede da fazenda Tucumã.



Arsenal de guerra apreendido com pistoleiros

Segundo as denúncias, os criminosos chegaram a abordar vários camponeses da região perguntando se teriam visto os jovens, demonstrando a clara intenção dos bandidos em assassinar também as testemunhas sobreviventes.

Nenhuma destas denúncias, entretanto, resultou em investigação séria na sede da fazenda Tucumã ou do latifundiário Paulo Iwakami, que segue até hoje inocentado “sem provas” de seu envolvimento com os assassinatos.

Um relato da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de setembro de 2020 evidencia também que, a despeito da mobilização dos pais de Ruan na busca pelo filho, as equipes de policiais que atuaram no caso intervinham mais para recolher e esconder evidências do que realmente para investigar o crime.

Já no caso de Alysso Henrique Lopes, mesmo após encontrar o corpo carbonizado do jovem, demorou mais de um ano para que os órgãos do velho Estado realizassem exame de DNA e comprovassem sua identidade.

A mãe de Ruan e seu irmão mais novo foram ainda obrigados a buscar proteção frente às ameaças e provocações do latifúndio e guaxebas.

O relato denuncia ainda que quatro testemunhas do caso foram mortas antes mesmo do julgamento.

Como bem afirma a Liga dos Caponezes Pobres na nota de repúdio publicada em 1º de maio de 2017: “Mais que nunca é necessário abandonar as ilusões com esse velho e apodrecido Estado serviçal do latifúndio e do imperialismo! Não devemos esperar, devemos e podemos acabar com eles! E por mais difícil e prolongado que seja o único caminho para verdadeiras transformações é de uma grande Revolução, é disso que o Brasil precisa! E essa revolução começa com a Revolução Agrária para varrer e destruir de vez o latifúndio, entregando as terras aos camponeses pobres, e iniciando um caminho de transformações onde o povo poderá viver e trabalhar com dignidade, conquistar a verdadeira justiça e todos seus direitos e aspirações.”

*\*Guaxeba: termo utilizado popularmente em Rondônia para designar membro de bando paramilitar que atua a serviço de latifundiários.*